

EDUCAÇÃO OPERÁRIA ANTI-IMPERIALISTA E ANTICAPITAL: REVISITANDO O LEGADO MARXISTA DE J. C. MARIÁTEGUI

Anti-capitalist and anti-imperialist workers education: revisiting J. C. Mariátegui's Marxist Legacy

NEMIROVSKY, Gabriel Gualhanone ¹

NOVAES, Henrique Tahan ²

RESUMO

O presente artigo recupera contribuições de J. C. Mariátegui endereçadas ao *campo* teórico-científico da Educação como objetivo de apresentar a necessidade de se desenvolver concretamente a construção de espaços de formação classista das massas operárias e populares diante das contradições presentes nas formas burguesas de mediação entre trabalho e educação. Para tanto, recorreu-se à análise bibliográfica de textos presentes nas obras *“Temas de Educación”*, *“Ponto de Vista Anti-imperialista”* e *“Ideología y Política”*, com a intenção de evidenciar o posicionamento anti-imperialista e socialista do intelectual revolucionário peruano, e sua cristalização na criação da *“Oficina de Autoeducación Obrera”*. A concretização dessa análise permitiu considerar, por um lado, que *no interior da escola de classes, burguesa*, não há espaço de formação das massas operárias e populares para sua emancipação da condição alienada de trabalho e, por outro lado, que o Trabalho, em sua expressão concreta imediata, não é capaz de realizar *per se* a autoeducação das massas e, por isso, se faz necessária a construção de espaços autônomos para a formação classista das massas, em que se realize a adequada mediação entre trabalho e educação para além do capital.

Palavras-Chave: Educação Operária. Socialismo Anti-imperialista. J. C. Mariátegui.

ABSTRACT

The present paper fetches some contributions from J. C. Mariátegui which was to the theoretical and scientific field of Education to aim the objective of presenting the need to develop the construction of class formation spaces to the popular and workers masses against the contradictions presented in the bourgeois mediation between labor and education. For that, it was resorted a bibliographical analysis of the texts concerning *“Temas de Educación”*, *“Ponto de vista Antiimperialista”* e *“Ideología y Política”*, aiming to demonstrate the anti-imperialist and socialist positions of the Peruvian revolutionary intellectual and its concretion through the *“Oficina de Autoeducación Obrera”*. The accomplishment of this analysis allowed this research to consider, by one side, that *within* the bourgeois social classes' school there is no room for workers and popular masses formation towards their emancipation from the alienated labor condition, and, on the other side, labor, in its immediate concrete expression, cannot accomplish *per se* the self-education of the masses and, therefore, it is needed the construction of autonomous spaces for classist formation in which the proper mediation between labor and education could be performed beyond capital.

Keywords: Workers Education. Anti-imperialist Socialism. J. C. Mariátegui.

¹ Doutorando no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista (PPGE/UNESP), Campus Marília. Docente da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), pesquisador do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Organizações, Trabalho e Educação /CNPq. E-mail: <gabrielgnemi@gmail.com>.

² Doutor em Política Científica e Tecnológica pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Pesquisador do Grupo de Pesquisa Organizações e Democracia/CNPq, docente do PPGE/UNESP, Campus Marília. E-mail: <hetanov@gmail.com>.

INTRODUÇÃO

O avanço dramático das forças produtivas do capital, proporcionado pelo aprofundamento das mediações operadas pela burguesia, transformou a educação em um conjunto de *processos de instrução burocratizados*, encaminhados para a reprodução contínua dos conhecimentos necessários, fundamentalmente, à *empregabilidade & autoexploração, ao empreendedorismo & gestão e à pesquisa & desenvolvimento da tecnologia*. (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009; TIRIBA, 2008; DAGNINO, 2008; MÉSZÁROS, 2002)

O objetivo último desta *educação burguesa formal* é fornecer: a) força de trabalho para operações *lineares, rotinizadas e padronizadas* em diferentes processos de trabalho *produtivo e reprodutivo* e, por outro lado, trabalhadores autônomos, os proclamados *profissionais liberais*, os quais submetem a seu próprio controle a concepção, a organização e a execução de seu próprio trabalho; b) quadros de média e alta gerência nas corporações para comando e controle *sobre* os produtores diretos; e c) pesquisadores para o desenvolvimento de novos métodos, insumos e maquinários industriais, tecnologias de produção, informação e comunicação e mercadorias para *consumo final*.³

De fato, nessa ordem social determinada, a relação entre trabalho e educação deve, necessariamente, se manifestar sob uma forma *estranhada*, uma vez que a separação estrutural no interior da sociedade burguesa tende a se consolidar na oposição irremediável entre uma classe de *indivíduos explorados/espoliados* e uma classe de *proprietários reais dos meios de produção* e, como consequência dessa polarização, desenvolvem-se processos educativos *unilateralizantes*, reprodutores tanto da divisão hierárquico-social, entre as classes sociais e seus estratos, quanto da divisão funcional-técnica no âmago dos processos de trabalho, entre as atividades de concepção e execução da produção. (BRAVERMAN, 198; BATISTA; NOVAES, 2011; TONET, 2015).

Sob a perspectiva de Sánchez Vásquez (1998, p. 11), compreende-se que tais processos educativos engendrados materialmente pelos *aparelhos ideológicos estatais*, sejam de cariz público ou privado, operados para a reprodução desses antagonismos estruturais, existem para “desarticular ou curvar a vontade de outro e, portanto, sujeitá-lo ou arrancá-lo de sua legalidade própria. Ou seja: alterar ou destruir sua autonomia.” E, dessa forma, são expressões práticas da *violência* imposta aos indivíduos, incutida nas relações de poder entre as classes sociais.

Isso se deve, sem embargo, ao fato de a violência ser produto da imposição, sempre presente na sociedade de classes produtora de mercadorias, da *alienação do trabalho* a qual se assenta como emanção estrutural necessária à mistificação dos *sujeitos reais*, que produzem efetivamente as condições de existência da sociedade, em favor da ascensão de um *falso sujeito*, de acordo com Mézáros (2002), o capital.

Logo, dados esses constrangimentos históricos, somente mediante a autoeducação promovida pelas experimentações da luta social anti-imperialista e anticapital

³ Para Mézáros (2002), o fetichismo da produção proporcionado pelo capital atingiu um grau tão sublime que até mesmo a satisfação das necessidades sociais e carências humanas coloca-se em questionamento, uma vez que o sistema sociometabólico do capital se caracteriza, na atualidade histórica, justamente pelo *desperdício* cada vez maior de seres humanos, de meios de produção, da natureza e dos *valores-de-uso*.

que se poderia vislumbrar uma alternativa concreta e estruturalmente viável ao intercâmbio metabólico entre trabalho e educação engendrado pela burguesia. Tal possibilidade histórica aqui colocada contrasta irremediavelmente com certas posições reformistas defendidas no âmbito da *filosofia da educação* no Brasil e que, mesmo críticas em maior ou menor grau, acabam por aderir a soluções idealistas que mistificam a centralidade da escola burguesa em geral e da educação pública estatal como veículos para a promoção de certo ensino crítico “emancipador”.

À luz dessa premissa, pretendemos recuperar, em caráter preliminar, algumas contribuições seminais de J. C. Mariátegui sobre sua crítica ao padrão burguês de ensino/educação no Peru e sua proposta de autoeducação operária, buscando suas articulações com a perspectiva desse autor sobre o anti-imperialismo socialista, com o objetivo de se compreender a educação para além de seu caráter fetichizado na forma social vigente e promover uma discussão sobre a necessidade de construção de novos espaços autônomos para uma educação anti-imperialista, mobilizadora das massas populares exploradas e espoliadas pelo capital.

AS CONTRADIÇÕES DA EDUCAÇÃO BURGUESA NA AMÉRICA LATINA EM J. C. MARIÁTEGUI

J. C. Mariátegui, nascido em 1894 na cidade de Moquega no Peru, exerceu enorme impacto no pensamento político-ideológico latino-americano, principalmente na segunda década do século XX, quando retornou, em 1923, de seu exílio forçado na Europa e consolidou-se como proeminente intelectual socialista, fundador de uma perspectiva única, heterodoxa e ao mesmo tempo apaixonada, de um marxismo crítico tanto do positivismo mecanicista da II Internacional quanto da tendência ao *parlamentarismo* estéril a que parecia sucumbir a esquerda europeia.

Sua trajetórias pessoal, profissional e intelectual foram profundamente marcadas pelas transformações substantivas pelas quais passou o Peru, desde o apogeu e queda do projeto *civilista* de hegemonia burguesa, à ascensão da ditadura de Augusto B. Leguía y Salcedo: o próprio Mariátegui, segundo Escorsim (2006), sugeriu um recorte biográfico em sua trajetória política e cultural, definindo como *idade da pedra* o período anterior à sua ida à Europa em 1919, em diferenciação ao nítido amadurecimento intelectual e em sua militância marxista, percebidos quando o mesmo publica o texto “Aniversario y Balance” já em 1928, cinco anos após seu retorno ao Peru.

O vasto conjunto de sua obra inclui uma produção bibliográfica diversa que comporta desde a redação de inúmeros textos jornalísticos em periódicos como *El Tiempo*, *Mundo Limeño*, *El Túrf*, *Lulú*, nos quais se consolida como crítico da vida cotidiana e cultural aburguesada da aristocracia peruana, segundo Melis (2013), passando pelos ensaios críticos na revista *Colónida* e *Nuestra Época*, pelos quais se apresenta, de acordo com Escorsim (2006), como *anticapitalista romântico* da *idade da pedra*, e em textos de militância política e de definição ideológica nas revistas *Mundial*, *Claridad*, *Amauta* e *Labore* nas obras *La Escena Contemporánea* e *7 Ensayos de Interpretación de la realidad peruana*, por exemplo, estes já como manifestação de sua maturidade intelectual.

Durante sua estadia na Europa, sobretudo na Itália, Mariátegui entrou em contato com a efervescência teórica e prática de caráter fundamentalmente crítico ao acompanhar as consequências da experiência soviética na Rússia, a formação dos Conselhos de Fábrica de Turim, a formação do Partido Comunista Italiano, com participação do proeminente intelectual A. Gramsci, e a ebulição do sindicalismo revolucionário *soreliano*. Por outro lado, ele observa também o crescimento do fascismo de Mussolini no entre-guerras e a formação de uma camada reformista preponderante na intelectualidade marxista da Segunda Internacional.

Ao retornar de seu exílio político, Mariátegui encontra no Peru elementos de mobilização social que impulsionam a sua participação como intelectual e ativista político, entre os quais, a partir de Escorsim (2006), podemos enumerar três: 1) o crescimento do movimento operário em Lima e Callao, que abre horizontes para a formação sindical e política mais radical da classe trabalhadora; 2) o movimento estudantil avolumado pelo “sucesso” na conquista da reforma universitária do Peru – Universidade de San Marcos–e na formação da Universidade Popular Gonzalez Prada por Haya de la Torre; e 3) o movimento campesino que se vê marginalizado do processo de “modernização” do Peru e se posiciona contra a velha aristocracia latifundiária oligárquica, colocando em evidência o problema étnico e fundiário que se agudizava no Peru desde a *Conquista* espanhola.

Dessa forma, é exatamente sob esse contexto nacional que Mariátegui realizou suas maiores contribuições ao pensamento político socialista latino-americano, sobretudo, para a definição de sua crítica à educação e ao ensino. Tão fecunda foi sua incursão sobre essa temática que seus ensaios distribuem-se em várias publicações, por exemplo, em sua obra “7 Ensayos” de 1928 sob o subtítulo “*Lo Proceso de Instrucción Pública*”, na coletânea publicada em 1975 pela Biblioteca Amauta, reunindo artigos publicados desde 1925 sob o título “*Temas de Educación*”, e na compilação “*Ideología y Política*”. Pelo propósito da pesquisa e pela extensão que seria necessária para a análise de todos esses ensaios, nos deteremos a encaminhar nossa discussão a partir dos textos publicados em “*Temas de Educación*”.

Em “*Temas de Educación*”, Mariátegui estabelece os parâmetros fundamentais de sua crítica à forma burguesa de ensino nos artigos “*Introducción a um estudio sobre el Problema de la Educación Pública*”, “*La Enseñanza y la Economía*”, “*Enseñanza única y Enseñanza de clase*”.

No primeiro artigo retromencionado, o autor se coloca à disposição para responder a duas questões que lhe são colocadas: a) se ele acredita que a educação deve unificar-se com determinados propósitos raciais, em *nuestra América*; e b) se ele acredita ser prudente para *nuestra América* tomar uma atitude determinada em sua forma de ensino ante o caso dos Estados Unidos do Norte. Para o intelectual, esses questionamentos ligam-se imediatamente à fórmula implementada pelo movimento estudantil na reforma universitária argentina e, nesse sentido, o autor já fornece um posicionamento particular ao afirmar que os princípios desta fórmula – a educação deve ser “gratuita, laica e obrigatória” – não se apresentam como princípios revolucionários pós-capitalistas, muito pelo contrário, são, sobretudo, princípios universais abstratos da democracia liberal burguesa. De fato, o que sustenta a sua vitalidade como fórmula para a reforma integral da universidade na Argentina, alega o autor, é precisamente a

mobilização de núcleos intelectuais específicos portadores de um “*novo espírito*” que não pretende questionar o caráter burguês dessa reforma, senão afirmá-lo.

Em sequência, o autor detém-se na crítica ao ensino laico e suas contradições, indicando que, na América hispânica, há formas diversas de entendimento sobre a laicidade e que esse princípio serviu apenas para o aprimoramento do centralismo administrativo e burocrático do Estado burguês em *nossa América*. Dessa forma, uma proposta de educação com propósitos raciais ou de tomada de posição em relação à determinada forma de ensino deve levar em consideração as diferentes intensidades pelas quais a democracia burguesa fez-se estruturar, de um lado, em países nos quais a revolução burguesa foi consumada de forma integral, como os Estados Unidos, e, de outro, em países nos quais a presença de traços feudais, marcadamente católicos, permaneceu viva em meio ao avanço das relações econômicas e políticas de conteúdo burguês, por exemplo, os países da América hispânica.

Por seu turno, no segundo artigo citado que acompanha a coletânea, Mariátegui inicia sua exposição com a seguinte constatação:

El problema de la enseñanza no puede ser bien comprendido al no ser considerado como un problema económico y como un problema social. El error de muchos reformadores ha residido en su método abstractamente idealista, en su doctrina exclusivamente pedagógica. Sus proyectos han ignorado el íntimo engranaje que hay entre la economía y la enseñanza y han pretendido modificar ésta sin conocer las leyes de aquélla. Por ende, no han acertado a reformar nada sino en la medida que las leyes económicas y sociales les ha consentido (MARIÁTEGUI, 1975, p. 39).

De fato, o autor manifesta aqui irretocavelmente a sua forma marxista de apreensão da *totalidade social*, ao compreender que são as condições objetivas de uma dada formação social que servem de propulsão para a construção e o desenvolvimento dos caracteres político-ideológicos que lhe são específicos e que, por isso, o intercâmbio educação-trabalho não pode ser apreendido de forma adequada por meio de uma proposta idealista que ignora, conscientemente ou não, o enlace material que circunscreve a ambos – educação e trabalho – e que os determina em última instância.

Por outro lado, o autor do ensaio, tece, em sequência, uma crítica à própria intelectualidade latino-americana, na medida em que aponta para o fato de que, ao tentarem manter um equilíbrio *idealista* entre o *moral* e o *material*, os intelectuais foram levados a mera *reação* ao industrialismo burguês que se punha diante da escola para exigir “mais técnicos que ideólogos”. Essa *reação* é, para Mariátegui, a expressão de uma intelectualidade que se limita a defender aristocraticamente os herdeiros da ordem feudal, permeando-se de “espírito conservador”.

O resultado histórico e prático dessa contradição entre as necessidades burguesas de *liberação das forças produtivas capitalistas*, de um lado, e a defesa reacionária, por outro lado, realizada pelos intelectuais para a manutenção de uma cultura aristocrática feudal foi dissolvida, em maior ou menor grau, na América latina, segundo Mariátegui, a partir da diferenciação do ensino na camada alta da sociedade: uma educação *humanista* para políticos e literatos e uma educação *técnica* para engenheiros e comerciantes. Sob essa demarcação didático-pedagógica, não só as contradições não foram resolvidas, mas lograram lançar-se como dissonâncias estruturais entre a *política* e a *economia*, que serviram de propulsão para a irrupção de crises sistemáticas na *nossa América*.

Em considerações finais a este artigo, o Amauta⁴ – como Mariátegui era denominado por seus pares – constata que a única crítica que ousou se colocar de forma combativa a essa ruptura estrutural entre *política* e *economia* e apontar um caminho de “solidariedade entre economia e educação” foi a proposta radical de pedagogia defendida, segundo o autor, por aqueles que verdadeiramente queriam transformar a escola. Tratar-se-iam de proeminentes intelectuais como Pestalozzi, Froebel, Pistrak, Krupskaya, Lunatcharsky, etc., cujas contribuições serviriam para erigir os fundamentos e métodos de uma *escola do trabalho*, pois, conforme Mariátegui (1975, p. 45), “*Su concepción de la enseñanza es sustancialmente moderna. La Escuela del Trabajo representa un sentido de trabajadores*”.

Essa consideração prepara a discussão encaminhada por Mariátegui no artigo “*Enseñanza única y Enseñanza de clase*” em que o autor assinala pontos marcantes para a construção de um ensino emancipador em relação ao intercâmbio educação-trabalho no horizonte das relações sociais burguesas de produção e reprodução social. Em seu início afirma o autor que:

[...] La idea de la escuela única no es, como la idea de la escuela laica, de inspiraciones esencialmente política. Sus raíces, sus orígenes, son absolutamente sociales. Es una idea que ha germinado en el suelo de la democracia; pero que se ha nutrido de la energía y del pensamiento de las capas pobres y de sus reivindicaciones. La enseñanza, en el régimen demo-burgués, se caracteriza, sobre todo, como una enseñanza de clase. La escuela burguesa distingue y separa a los niños en dos clases diferentes. El niño proletario, cual quiera que sea su capacidad, no tiene prácticamente derecho, en la escuela burguesa, sino a una instrucción elemental. El niño burgués, en cambio, también cual quiera que sea su capacidad, tiene derecho a la instrucción secundaria y superior. La enseñanza, en este régimen, no sirve, pues, en ningún modo, para la selección de los mejores. De un lado, sofoca o ignora todas las inteligencias de la clase pobre; de otro lado, cultiva y diploma todas las mediocridades de las clases ricas (MARIÁTEGUI, 1975, p.49).

A partir dessa afirmação e recuperando-se as considerações já feitas, resta nítido o duplo caráter da educação burguesa na América latina: por um lado, diferenciava-se na própria formação das frações burguesas, colocando em evidência o contraste entre a educação *humanística* da aristocracia política e literata, aburguesada pela penetração das relações capitalistas de subsunção do trabalho, e a educação *técnica* oferecida aos filhos de industriários e comerciantes; por outro lado, ao reproduzir a necessidade estrutural de alienação do trabalho social entre os produtores reais e os proprietários reais dos meios de produção, a educação burguesa acabava por aflorar o conflito de classes entre capitalistas e proletários, imprimindo sua degradação histórica pela espoliação e exploração das massas subalternas.

A escola única, por outro lado, seria, para Mariátegui, o resultado da construção de um regime democrático *real* sob a égide do qual as relações sociais e materiais de produção estariam em relação não antagônica com as relações políticas e ideológicas da sociedade, i.e, algo impossível de ser alcançado no bojo das restrições estruturais retroalimentadas pelo sociometabolismo democrático-burguês. Sobre isso, coloca Mariátegui que:

Una igualdad que no existe en el plano de la economía y de la política no puede tampoco existir en el plano de la cultura. Se trata de una nivelación lógica dentro de una democracia pura, pero absurda dentro de una democracia burguesa. Y estamos enterados de que la democracia pura, es, en nuestros tiempos, una abstracción (MARIÁTEGUI, 1975, p. 54).

⁴ Termo *quéchua* que designa o ser *sábio*, o mestre.

Em solo latino-americano, a educação, segundo o autor, padece das mesmas condições da educação na Europa e nos Estados Unidos, ou seja, se prostra aos critérios políticos e econômicos da sociedade, aperfeiçoando-se como “escola de classes”. Mais ainda, onde, de acordo com Mariátegui (1975, p. 55), em economias menos desenvolvidas “*el espíritu de clase su ele ser, brutal y medievalmente, espíritu de casta*”.

Sem embargo, a questão da educação em Mariátegui recebe todos os relevos de uma análise marxista adequada para a construção de uma crítica lúcida tanto no terreno *conjuntural* da estrutura de classes na América Latina quanto em sua percepção arguta sobre o elo *necessário* entre as contradições metabólicas do sistema capitalista em geral e as contradições específicas de reprodução social do metabolismo burguês na América Latina, herdeiro, por excelência, da aristocracia pré-capitalista, *aburguesada* por um projeto inconcluso de *nação* sob o qual a *feudalidade* da classe dominante resistia aos necessários avanços do capital.

Dessa forma, o intelectual peruano percebe que, se, por um lado, a burguesia tem a intenção de transformar a academia universitária em seu solo fértil para a reprodução adequada de indivíduos para a indústria e comércio, e, pelo outro, a academia universitária, ao opor-se a essa tendência, defende uma intelectualidade *ideal* portadora de um classicismo ortodoxo, aristocrático, a única alternativa na América latina para uma educação *realmente* possível para as classes subalternas em geral deve partir exatamente de uma proposta de educação autônoma, ou seja, desenvolvida *para e pelos* indivíduos membros das classes espoliadas e exploradas pelo capital.

ANTI-IMPERIALISMO SOCIALISTA DE MARIÁTEGUI E SUA PROPOSTA DE AUTOEDUCAÇÃO OPERÁRIA

Quando aporta em Callao, em 18 de março de 1923, Mariátegui encontra-se já despido de suas *fantasias anticapitalistas* pregressas: tronou-se comunista na Europa e retorna agora como intelectual militante, responsável por mobilizar as massas populares para a luta de classes no Peru. Para tanto, logo que regressou, por intermédio de conexões com Haya de la Torre, o Amauta iniciou uma série de conferências no âmbito da Universidade Popular Gonzalez Prada (UPGP), para formação de uma Frente Única de Trabalhadores Manuais e Intelectuais, difundindo suas concepções socialistas em contato direto com as lideranças politizadas anarcossindicalistas à época.

Como consequência da deportação de Haya e seus seguidores para o México, Mariátegui assume a direção da revista *Claridad*, que já estava inteiramente comprometida com a crítica ao Governo Leguía, e intensifica seu contato com o proletariado peruano, a partir de 1924, sob os auspícios de um programa de *frente única*, em acordo com as resoluções da III Internacional, na tentativa de organizar em conjunto a *frente única proletária* – revolucionária – e a *frente única anti-imperialista*, crescente em algumas correntes do proletariado e de caráter democrático-nacionalista radical.

Em que pesem seus esforços de mobilização agregadora das massas populares no Peru, sempre orientado por um princípio revolucionário, o intelectual peruano, inicialmente interessado nos desenvolvimentos da Aliança Popular Revolucionária

Americana, originada em 1924 por Haya e apoiadores, testemunha o sistemático esvaziamento do conteúdo revolucionário do programa desta *aliança* em favor de uma postura opositora à III Internacional e cada vez mais penetrada, segundo Galastri (2008), pelo reformismo democrático-burguês *kaustskyano*. Em razão dessa circunstância e tendo-se em vista o fracasso da revolução chinesa de 1927, Mariátegui percebe a limitação programática da estratégia *frentista* e cinde com Haya de la Torre e, por sua vez, com a APRA, a partir do ano de 1928.

Em decorrência dessa ruptura, publica-se no editorial da revista *Amauta* nº 17, sob a autoria própria de Mariátegui, o seu entendimento de que a revolução socialista, por pressupor o próprio anti-imperialismo, em pleno acordo com a concepção ideológica de V. Lenin, acabaria por abarcá-lo integralmente pela dissolução das burguesias nacionais e estrangeiras. De forma mais direta, Mariátegui ataca as concepções democrático-nacionalistas da APRA em artigo, publicado em maio de 1929, intitulado "*Punto de vista Antiimperialista*" no qual sua concepção revolucionária do anti-imperialismo é mais bem destacada.

Em seu "*Punto de vista Antiimperialista*",⁵ Mariátegui inicia sua argumentação pela crítica à *ingenuidade* da estratégia político-ideológica da APRA que confiava às burguesias nacionais um papel revolucionário para a transição à etapa da 2ª Independência: a independência *real* e ruptura com a subsunção da América Latina ao capital estrangeiro. Muito pelo contrário, segundo o *Amauta*, as burguesias nacionais latino-americanas estariam imersas em uma organicidade simbiótica com o imperialismo, do qual se aproveitavam para obter os recursos necessários para seus proventos e, ao tempo, se sentiam confortáveis com a controlabilidade parcial, principalmente na regionalidade sul-americana, concedida pelo império ianque:

Enquanto a política anti-imperialista consegue manejar os sentimentos e formalidades da soberania nacional destes Estados, enquanto não se sinta obrigada a recorrer à intervenção armada e à ocupação militar, contará com a absoluta colaboração das burguesias. Ainda que enfeudados na economia imperialista, estes países, ou melhor, suas burguesias se consideram tão senhoras dos seus destinos como Rumânia, Bulgária, a Polônia e os demais países dependentes, da Europa. Estes fatos da psicologia política não devem ser descuidados na avaliação precisa das possibilidades da ação anti-imperialista na América Latina. Seu menosprezo ou seu esquecimento tem sido uma das características da teorização aprista (MARIÁTEGUI, 1929, p. 65).

Em sequência, sua avaliação se endereça à condição de transformação, realizada por Haya e assecas, da APRA em partido político, em alusão ao Kuomintang (partido nacionalista radical de unidade burguesia-proletariado) que fracassou na revolução chinesa de 1927, criticando a redução da estratégia anti-imperialista a programa político-partidário:

[...] O anti-imperialismo aparece assim, elevado à categoria de um programa, de uma atitude política, de um movimento que se basta a si mesmo e que conduz espontaneamente, não sabemos em virtude de que processo, ao socialismo, à revolução social. Este conceito leva a uma exorbitante superestimação do mito da luta pela "segunda independência", ao romantismo de que estamos vivendo já, as jornadas

⁵ Utilizou-se na pesquisa o texto "*Ponto de vista Anti-imperialista*" publicado em português do original em espanhol em 2012 pela revista *Novos Rumos*.

de uma nova emancipação. Daí a tendência de substituir as ligas anti-imperialistas por um organismo político. Da APRA, concebido inicialmente como frente única, como aliança popular, como bloco de classes oprimidas, passa-se para o APRA, definido como o Kuomintang latino-americano (MARIÁTEGUI, 2012, p. 65).

Para Mariátegui, fica clara a condição de que o anti-imperialismo, assumido enquanto fim em si mesmo, de modo algum suprime ou transforma a luta de classes forjada pelas contradições engendradas pela oposição capital-trabalho. Pelo contrário, o discurso entoado pelo *aprismo* apenas evoca de forma messiânica e idealista um sentimento nacional que, de acordo com Mariátegui, não se traduz em movimentos de massa popular na América latina à exceção do México que se mobilizou contra o imperialismo estadunidense quando este se empenhou em ocupar militarmente o país e da Argentina, onde o sentimento nacional de uma burguesia interna numerosa poderia colidir com interesses ianques.

Na sequência de sua argumentação teórica, o proeminente interlocutor peruano promove uma análise sobre as relações entre, primeiramente, o imperialismo e a *feudalidade* aristocrata latifundiária e, em segundo lugar, entre o imperialismo e a pequena burguesia. Nessas seções, Mariátegui formula uma síntese bastante acurada das principais contradições e assimilações da lógica imperialista na América do Sul.

Na primeira subseção, o autor pondera que, em um primeiro momento, ao se considerar o pacto do grande capital estrangeiro com a oligarquia rural, considerando-se esta última como classe dominante na América do Sul, a destituição da velha aristocracia fundiária e de seus privilégios feudais em favor da criação da pequena propriedade *aparece*, de forma imediata, como uma contradição entre o latifúndio e o imperialismo burguês. No entanto, na medida em que a dissolução da velha ordem conduz a um mero revestimento burguês superficial sobre a impermeável *feudalidade* da velha oligarquia, expandindo os horizontes para a liberação das forças produtivas e para o “uso democrático do solo”, a aristocracia latifundiária vê-se completamente subsumida aos interesses burgueses imperialistas:

[...] na medida em que os atrasos do feudalismo entravam o desenvolvimento de uma economia capitalista, este movimento de liquidação do feudalismo coincide com as exigências do crescimento capitalista, promovido pelos investimentos e pelos técnicos do imperialismo; que desapareçam os grandes latifúndios e que, em seu lugar, se constitua uma economia agrária baseada no que a demagogia burguesa chama de “democracia da propriedade do solo; que as velhas aristocracias se vejam deslocadas por uma burguesia e uma pequena burguesia mais poderosa e influente – e pelo menos mais apta para garantir a paz social – nada disso é contrário aos interesses do imperialismo (MARIÁTEGUI, 2012, p. 66).

Em seguida, a análise de Mariátegui, ao se projetar sobre a relação entre a pequena burguesia e o imperialismo, considera que, embora os aspectos político-ideológicos dessa classe intermediária a façam mais suscetível aos mitos nacionalistas, os aspectos econômicos de sua formação na América Latina e na América espanhola como um todo a fazem aderir com pouca resistência à corrente imperialista internacional. Como explicita o autor:

[...] nos países de pauperismo espanhol, onde a pequena burguesia pelos seus arraigados preconceitos de decência resiste à proletarização; onde estas mesmas, pela miséria dos salários não têm força econômica para transformá-la em parte da classe trabalhadora;

onde imperam a “empregonomia”, o recurso ao pequeno cargo de Estado; a busca do salário e do cargo decente; o estabelecimento de grandes empresas que, ainda que explorando enormemente os seus empregados nacionais, representam sempre, para esta classe, um trabalho mais bem remunerado, é recebido e considerado favoravelmente pelas pessoas da classe média. A empresa ianque apresenta um salário melhor, possibilidade de ascensão, emancipação da “empregonomia” no Estado, onde não há futuro senão para os especuladores. Este fato atua como força decisiva sobre a consciência do pequeno burguês, em busca ou no desfrute de um cargo (MARIÁTEGUI, 2012, p. 66).

Naturalmente, a conclusão a que chega Mariátegui nesse artigo - manifesto conduz à compreensão de que o anti-imperialismo *real* só pode ser conquistado de forma autêntica pela luta social que impõe o socialismo ao capitalismo. Dessa forma, seu anti-imperialismo revolucionário de 1929 está plenamente em articulação com o conteúdo crítico de seus apontamentos sobre a temática da educação e do ensino de 1925. E esta articulação apresenta-se, de fato, também em 1929, no estatuto de fundação da Confederação Geral dos Trabalhadores do Peru (CGTP) que, juntamente com a fundação do Partido Socialista do Peru em 1928 marca de forma profunda a ruptura teórica e prática de Mariátegui com o reformismo apриста e o florescimento, tanto de sua maturidade política quanto de sua liderança na mobilização proletária.

No estatuto de fundação da CGTP em 1929, reproduzido postumamente em 1986 conjuntamente com outros textos sob o título de “*Ideologia y Política*” – Mariátegui (1986) – o intelectual realiza a apresentação da proposta, já encaminhada anteriormente nas revistas *Amauta* nº 24 e *Labor* nº 8, de constituição e regulamentação da *oficina de autoeducação operária* como o órgão, por excelência, de formação proletária na CGTP:

1º.- La “Oficina de Auto-Educación Obrera” es el organismo oficial de cultura proletaria de la Confederación General de Trabajadores del Perú. 2º.- La “Oficina de Auto-Educación Obrera” estará constituida por compañeros idóneos em las materias de cuya enseñanza se encargan. 3º - La “Oficina de Auto-Educación Obrera” adopta como programa el formulado em la tesis sobre **auto-educación obrera** que publican el N° 8 de “Labor” y el N° 24 de “Amauta”.[...] 4º.- La “Oficina de auto-educación Obrera” tiene su sede em Lima, y procurará establecer oficinas em provincias, bajo su dirección. [...] 8º.- La “Oficina de Auto-Educación Obrera” tendrá dos secciones, una de cursos elementales y otra de cursos superiores. La primera estará formada por los cursos siguientes: Historia del Perú, Geografía del Perú, Historia Universal, Geografía Universal, Castellano y Sindicalismo. La segunda estará formada por los cursos siguientes: Sociología, Historia de las Ideas Sociales, Economía, Biología y Sindicalismo (MARIÁTEGUI, 1986, p. 156-157).

Essa proposta de criação da “oficina de autoeducação operária” claramente possui uma relação intrínseca com as diretrizes de formação político-ideológica do proletariado, definidas pela Internacional Sindical Vermelha (Profintern), constituída em 1921 e dissolvida em 1937, como forma de enfrentamento tanto à Federação Internacional Sindical, social-democrata, quanto ao anarcossindicalismo presente em certas correntes de organização dos trabalhadores.

O elenco de disciplinas *elementares* e *superiores* expressa a nítida preocupação de Mariátegui com a aquisição dos conhecimentos que permitiriam aos trabalhadores compreender, sobretudo, a gênese sócio-histórica dos problemas econômicos, políticos e sociais pelos quais atravessava o Peru sob uma perspectiva ampla, capaz

de desvelar a particularidade da experiência capitalista peruana em articulação com a universalidade da dominação burguesa no macrocosmo mundial das relações sociais, desmistificando os *fetichismos* nacionalistas e demoburgueses que fragmentavam e desmobilizavam a organização classista no Peru.

É interessante notar que a *oficina*, embora se declare como lócus de formação operária, se destina, no entanto, a uma formação *in totum* da massa popular, o que devidamente inclui o campesinato, além de vincular a formação revolucionária das populações indígena e negra à luta revolucionária, em *interseccionalidade* com os interesses proletários.

Esta concepção prática da formação classista é, sem dúvida, fruto da percepção marxista seminal de J. C. Mariátegui, descrita por Löwy (2005) como fundante do marxismo latino-americano original, que, ao encaminhar uma discussão sobre a formação histórica do capitalismo no Peru, demonstra irretocavelmente a problemática transformação social e econômica que se seguiu desde a conquista espanhola até a formação da república peruana, sob a qual o deficiente processo de *proletarização* das massas estava intrinsecamente ligado ao devastador processo de acumulação e exportação de capitais pela via da espoliação sistemática da terra. Subsequentemente, esse processo dirigiu-se à expulsão da população indígena para a exploração *semiservil* de sua força de trabalho. Por essa razão, a discussão promovida por Mariátegui alcança uma crítica contundente às possibilidades idealistas e românticas de integração e educação das massas operárias, camponesas, indígenas e negras, por meio das instituições sob domínio ideológico do capital, e.g, escolas, universidades, etc.

Por outro lado, a criação das *oficinas* também demonstra a percepção que o próprio Mariátegui desenvolve sobre o caráter pedagógico da luta classista, de forma que é latente a sua preocupação em dotar a CGTP do protagonismo necessário para a organização da educação política das massas populares. Além disso, a própria necessidade de constituição desse organismo socioeducativo revela o reconhecimento do intelectual peruano da autoformação não como um *autodidatismo espontâneo*, fruto da atividade laboral *concreta* e *imediate*, mas principalmente como formação autônoma *da* vanguarda revolucionária *para* a vanguarda revolucionária por meio de uma adequada *mediação* do intercâmbio trabalho-educação no contexto da luta social.

Dessa forma, a educação anti-imperialista e anticapital organizada pela “oficina de autoeducação operária” seria necessariamente erigida por meio de um *complexo didático-pedagógico* que incluiria a construção de uma estrutura organizativa decisória e representativa em delegações regionais e centros consultivos, planos e programas de ensino das disciplinas e supervisão metodológica rígida. Tais elementos poderiam ser encontrados também nas orientações da III Internacional como forma de controle operário da formação popular para a luta classista e seus meios de difusão *da propaganda marxista*, tal como apresenta Jane Degras em volume, organizado em 1951, de documentos publicados entre 1923 e 1928⁶ pelo Komintern.

⁶ Para entrar em contato com esses documentos pode-se acessar a seguinte URL: <https://www.marxists.org/history/international/comintern/documents/volume2-1923-1928.pdf>.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O monumental edifício teórico-analítico de J. C. Mariátegui o consagra como grande expoente do marxismo mundial e enquanto intelectual militante se pôs como a um verdadeiro Amauta. Sem decalque ou cópia, a originalidade de seu marxismo indo-americano o levou a entrar em polêmicas variadas inclusive dentro de correntes marxistas ortodoxas e provou-se seminal para a construção de um pensamento latino-americano autenticamente revolucionário.

Suas incursões sobre temas tão vastos e aparentemente desconexos, como educação/ ensino, estética literária, conjuntura socioeconômica e circunstâncias políticas nacionais e internacionais outrora atuais no Peru e no mundo, demonstram a clareza de sua consciência marxista e das necessidades de construção de propostas de mobilização social para além das restrições estruturais do capitalismo, escamoteadas por *mitos* e posturas políticas condescendentes com a *feudalidade* peruana.

Em seus "*Temas de Educación*", Mariátegui demonstra domínio da dialética histórica ao se colocar diante do desafio, por um lado, de identificar criticamente tanto os ideais democrático-burgueses mobilizados pela reforma universitária argentina quanto o avanço burguês sobre a universidade para transformá-la em aparelho de reprodução de uma força de trabalho técnico-gerencialista e, por outro lado, de reconhecer o *idealismo* romântico dos defensores da academia universitária que propugnam a permanência de uma educação clássica aristocrática. Mais ainda, o Amauta tece toda sua crítica ao academicismo *interessado* em certo conservadorismo, mas de forma alguma cede a qualquer pretensão anti-intelectualista, como fica claro em sua defesa da *escuela única* como alternativa necessária para a ruptura socialista com o ensino de classes burgueses.

A lucidez de sua argumentação é incontestável na medida em que Mariátegui explora a temática da educação e do ensino como *complexo* determinado pelas circunstâncias objetivas que se desvelam das condições sociais e econômicas do metabolismo social. O resultado direto dessa apreensão marxista da realidade não é um *economicismo vulgar* ou um *mecanicismo estrutural* antidialético, pelo contrário, é a constatação de que a inclusão jurídico-política das massas populares, mesmo que atendida sob alguma hipótese, não lograria avanço algum para a supressão da exploração das classes subalternas em uma sociedade marcada pela desigualdade política e econômica estrutural e, logo, a única alternativa para a educação das massas seria a criação de um organismo autônomo de formação classista revolucionária, capaz de mobilizar os indivíduos para a luta anti-imperialista e anticapital.

É exatamente sob essa consideração que convergem tanto o ponto de vista anti-imperialista de Mariátegui quanto a sua proposta de construção das oficinas de autoeducação operária. De fato, a oficina, enquanto órgão de formação político-ideológica da vanguarda revolucionária se apresenta como cristalização indelével, cujo conteúdo deve permanecer atual no imaginário da classe trabalhadora, se se quiser construir coletivamente espaços de autoformação *realmente* autônomos e para *além* do capital.

REFERÊNCIAS

- BATISTA, E. L.; NOVAES, H. T. (org.). **Trabalho, educação e reprodução social: as contradições do capital no século XXI**. Bauru: Canal 6 Editora, 2011.
- BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- DAGNINO, R. **Neutralidade da ciência e determinismo tecnológico: um debate sobre a tecnociência**. Campinas: Editora Unicamp, 2008.
- ESCORSIM, L. **Mariátegui: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- GALASTRI, L. O anti-imperialismo revolucionário de José Carlos Mariátegui. **Cadernos do Cemarx**, Campinas, v.1, n. 4, p. 71-82, 2007. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/cemarx/article/viewFile/1281/859>>. Acesso em: 12 nov. 2016.
- LÖWY, M. **Por um socialismo indo-americano: ensaios escolhidos**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.
- MELIS, A. Mariátegui e a crítica da vida cotidiana. **Lutas Sociais, São Paulo**, v. 17, n. 30, p. 63-75, 2013. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18462/pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2016.
- MARIÁTEGUI, J. C. *Introducción a un estudio sobre el Problema de la Educación Pública*. In: MARIÁTEGUI, J. C. **Temas de Educación**. Lima: Biblioteca Amauta, p.19-28, 1975.
- MARIÁTEGUI, J. C. *La Enseñanza y la Economía*. In: MARIÁTEGUI, J. C. **Temas de Educación**. Lima: Biblioteca Amauta, p. 39-48, 1975.
- MARIÁTEGUI, J. C. *Enseñanza única y Enseñanza de clase*. In: MARIÁTEGUI, J. C. **Temas de Educación**. Lima: Biblioteca Amauta, p. 49-56, 1975.
- MARIÁTEGUI, J. C. *Estatutos y Reglamentos de la "Oficina de autoeducación obrera"*. In: MARIÁTEGUI, J. C. **Ideología y Política**. 6ª ed. Lima: Biblioteca Amauta, p. 156-158, 1986.
- MARIÁTEGUI, J. C. Ponto de vista anti-imperialista. **Revista Novos Rumos**, Marília, n. 18/19, p. 64-66, 2012.
- MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
- SÁNCHEZ VÁZQUEZ, A. **El mundo de la violencia**. México DF: Fondo de Cultura, 1998.
- TIRIBA, L. Cultura do trabalho, autogestão e formação de trabalhadores associados na produção: questões de pesquisa. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 26, n. 1, p. 69-94, 2008. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10295>>. Acesso em: 07 nov. 2016.
- TONET, I. Educação e ontologia marxiana. **Trabalho e Educação**, Belo Horizonte, v. 24, n. 1, p. 201-213, 2015. Disponível em: <<https://seer.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/7810>>. Acesso em: 8 nov. 2016.

Data da submissão: 21/11/2017

Data da aprovação: 23/12/2018